

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 29 de fevereiro de 2024 às 07h36
Seleção de Notícias

Época Negócios - Online | BR

Propriedade Intelectual

A regulação da IA e seus obstáculos 3
MUNDO

Correio Braziliense - Online | BR

28 de fevereiro de 2024 | Direitos Autorais

OpenAI contra-ataca The New York Times na Justiça 5
TECNOLOGIA

Último Segundo - IG | BR

28 de fevereiro de 2024 | Direitos Autorais

TikTok ameaça remover até 80% das "músicas populares" por disputa com Universal Music ... 7
POLÍCIA

Agência Câmara | BR

28 de fevereiro de 2024 | Patentes

Projeto institui regras para patentes geradas pela biotecnologia transgênica - Notícias 9
NOTÍCIAS | FAVOR

CNN Brasil Online | BR

28 de fevereiro de 2024 | Direitos Autorais

Até 80% das músicas do TikTok podem ser removidas; entenda 11
TUDO SOBRE

A regulação da IA e seus obstáculos

MUNDO



Em 2024, a regulação da inteligência artificial (IA) estará em discussão em todo o planeta, inclusive no Brasil. A criação de normas capazes de governar a IA de forma a conter seus possíveis efeitos negativos, sem abrir mão de seus inúmeros benefícios não é, no entanto, uma tarefa simples. A definição de IA, em si, é o primeiro problema. Para conceber um regime regulatório, é preciso estabelecer seu objeto. Mas não existe conceito amplamente aceito de IA que possa ser utilizado para esse fim. É verdade que há outras áreas cuja definição é igualmente vaga - como energia ou meio ambiente. E nem por isso elas deixam de ser reguladas. Da mesma maneira que acontece nesses casos, qualquer regime que se venha a adotar precisa levar em conta que a IA não consiste em uma única tecnologia, mas sim em um conjunto de técnicas em campos distintos, como o reconhecimento de fala e a visão computacional, que podem ter uma infinidade de aplicações em múltiplas indústrias, com diferentes riscos. Uma aplicação que não representa ameaça no setor de entretenimento pode ser perigosa se utilizada na aviação.

Sendo uma tecnologia de propósito geral, a IA desperta preocupações amplas, abrangendo não apenas questões de segurança, mas também de privacidade, discriminação, segurança nacional e até mesmo um risco existencial para a humanidade, como alegam alguns.

Muitas dessas preocupações não encontram reflexo
abpi.empauta.com

nas atribuições das agências reguladoras existentes, ou perpassam a competência de muitas delas - sendo que todas podem entender ser necessário que uma determinada aplicação fique sob sua jurisdição. Somada à questão dos diferentes níveis de risco, isso significa que a mesma aplicação poderia e deveria ser tratada de maneira diferente por agências distintas, tornando o controle dessas tecnologias no mínimo confuso.

Outro ponto relevante, abordado anteriormente nesta coluna, é a opacidade dos sistemas de IA, seja por seus componentes estarem sob proteção de **propriedade** intelectual, seja por seu grau de complexidade. Por conta disso, fica praticamente impossível compreender como estes chegam a certos resultados. Baseados em modelos de aprendizado de máquina, esses sistemas tendem a evoluir de forma autônoma e nem sempre da maneira imaginada por seus programadores, o que os torna imprevisíveis.

Essa imprevisibilidade diferencia a IA de outros setores, como a indústria farmacêutica, na qual as moléculas utilizadas em um composto tendem a produzir sempre as mesmas reações verificadas nos testes. As incertezas também vão contra um dos objetivos de qualquer regulação, que é identificar e tentar prevenir riscos.

Há ainda uma desconexão entre a lentidão habitual da criação de leis e regulamentos, que depende de processos democráticos e burocráticos de elaboração e aprovação, e a rapidez da **inovação** tecnológica, ainda mais acelerada no caso da IA, hoje em crescimento exponencial. Esse conhecido "problema de ritmo" (pacing problem) faz com que a regulação não consiga acompanhar a tecnologia que busca regular, o que leva à demora na implementação de regras que preencham as lacunas existentes a tempo de evitar prejuízos, bem como à rápida desatualização de qualquer norma que seja promulgada para isso.

Continuação: A regulação da IA e seus obstáculos

As mesmas dificuldades seriam enfrentadas por uma agência que viesse a ser instituída para lidar exclusivamente com as questões provocadas pela IA - proposta por si só complexa de se desenhar, considerando a multiplicidade de temas envolvidos e as partes interessadas. Além disso, para formar seu corpo técnico, esse órgão enfrentaria uma disputa acirrada por talentos com a iniciativa privada, apta a oferecer salários muito maiores a seus empregados.

Para regular uma área, você precisa entendê-la. E há uma grande assimetria de informações entre poder público e grandes empresas de tecnologia, que investem pesadamente em pesquisa e desenvolvimento de IA, o que as leva a concentrar recursos computacionais sem igual e atrair os melhores profissionais do mercado.

A fragilidade dessa agência se agrava se considerarmos que, caso ela venha a ser capaz de contratar pessoas com domínio da área, não seria incomum que estas tenham vindo de corporações - ou que, em algum momento, deixem sua função pública para trabalhar nelas. Esse fenômeno, conhecido como "porta giratória", costuma ser ainda mais notado em setores com alto grau de especialização e poucos profissionais habilitados, como é o caso da IA, e pode levar funcionários do governo a não quererem desagravar seus possíveis futuros empregadores. Isso sem falar na possibilidade da chamada "captura da agência" por empresas que, por meio de lobbies, presentes e patrocínios, podem tornar os reguladores

simpáticos à indústria que deveriam estar regulando.

A todos esses fatores podemos acrescentar a dificuldade de governar algo internacional por natureza - tanto pelo fato de a IA ser dominada por poderosos atores globais que operam em diversos países, quanto por seus efeitos, que extrapolam as fronteiras nacionais. Já ficou claro em outras situações, como no combate às mudanças climáticas, que não é fácil alinhar os interesses de diversas nações a fim de vencer desafios mundiais.

Nada disso significa que devemos deixar de regular a IA, tecnologia que pode ter impactos significativos sobre a sociedade. É preciso, entretanto, entender os obstáculos enfrentados nessa missão, para que possamos pensar em formas flexíveis e eficazes de governança, que vão além dos modelos tradicionais.

*Eduardo Felipe Matias é autor dos livros *A humanidade e suas fronteiras* e *A humanidade contra as cordas*, ganhadores do Prêmio Jabuti, e coordenador do livro *Marco Legal das Startups*. Doutor em Direito Internacional pela USP, foi visiting scholar nas universidades de Columbia, em Nova York, e Berkeley e Stanford, na Califórnia. É sócio da área de Inovação e Startups da Elias, Matias Advogados

Siga a Época Negócios:

OpenAI contra-ataca The New York Times na Justiça

TECNOLOGIA



A OpenAI contra-atacou o The New York Times nos tribunais depois de ser processada por violação de **direitos** autorais, acusando o jornal americano de "hackear" sua interface de inteligência artificial (IA) ChatGPT para produzir "resultados altamente anômalos".

A empresa apresentou um recurso, na segunda-feira (26/2), perante a justiça de Nova York pedindo a exclusão de certos elementos e acusações da denúncia do Times.

"Contrariamente às alegações [...], o ChatGPT de forma alguma substitui a assinatura do The New York Times", argumenta a startup californiana.

No final de dezembro, o jornal iniciou ações legais contra a OpenAI e a Microsoft, principal investidor da empresa que ganhou destaque com o ChatGPT na indústria de tecnologia.

O Times questiona os métodos de desenvolvimento das plataformas de IA generativa, especialmente do ChatGPT, que "se baseia em modelos de aprendizado em massa construídos copiando e utilizando milhões de artigos do Times protegidos por **direitos** autorais".

A IA generativa, popularizada pela ferramenta da OpenAI, pode produzir vários tipos de conteúdo (texto, imagens, linhas de código e mais recentemente vídeos, etc.) a partir de simples comandos em linguagem cotidiana.

"A verdade [...] é que o Times pagou alguém para hackear os produtos da OpenAI. Foram necessárias dezenas de milhares de tentativas para gerar os resultados altamente anômalos que constituem" uma das provas de sua denúncia, apontou a startup em sua petição, à qual a AFP teve acesso.

O jornal "aproveitou 'bugs' [erros de código]", "violou os termos de uso" e forneceu ao ChatGPT "partes dos mesmos artigos que tentava obter", acusou a empresa. "Pessoas normais não usam os produtos da OpenAI dessa maneira", acrescentou.

A OpenAI também afirma que é legal usar material protegido por **direitos** autorais "na criação de produtos novos, diferentes e inovadores", citando jurisprudência.

Em dezembro, o jornal disse que "para produzir jornalismo de qualidade, o Times investe uma enorme quantidade de tempo, dinheiro, experiência e talento", e que se sua "capacidade de obter receitas" fosse colocada em dúvida, a qualidade e a quantidade da produção editorial diminuiriam.

Outras organizações e indivíduos entraram com processos semelhantes contra empresas de IA generativa, como o autor de "Game of Thrones", George R.R. Martin, contra a OpenAI.

Continuação: OpenAI contra-ataca The New York Times na Justiça

"A OpenAI e os demais réus nesses processos acabarão prevalecendo porque ninguém - nem mesmo o The New York Times - tem o direito de monopolizar os fatos ou as regras da linguagem", promete a OpenAI.

TikTok ameaça remover até 80% das "músicas populares" por disputa com Universal Music

POLÍCIA



Adnews TikTok ameaça remover até 80% das "músicas populares" por disputa com Universal Music

A guerra dos royalties acaba de atingir novos patamares, com o TikTok anunciando a remoção de mais músicas da plataforma. Em uma disputa contínua com a Universal Music Group (UMG), além de silenciar músicas de artistas vinculados à gravadora, o aplicativo agora estende a ação aos compositores, ameaçando tirar a trilha sonora de vídeos envolvendo artistas renomados, como Harry Styles e Adele.

Publicidade

O TikTok alega que até 30% das "músicas populares" podem ser perdidas, mas estimativas da indústria sugerem que o impacto pode ser ainda maior, chegando a 80% de todas as músicas da plataforma!

A disputa gira em torno dos "**direitos** autorais divididos", onde mesmo uma pequena contribuição de um compositor ligado à UMG pode levar ao cancelamento de toda a gravação. Isso não se limita apenas aos artistas da gravadora, mas pode afetar músicas de outras gravadoras, incluindo Sony e Warner, e até centenas de artistas independentes.

O contrato de licenciamento das músicas da Universal com o TikTok expirou em fevereiro, resultando na retirada do catálogo de três milhões de

músicas. Agora, com o contrato de publicação do catálogo prestes a encerrar, mais quatro milhões de músicas podem ser retiradas da plataforma.

Quem perde mais?

Publicidade

A UMG acusa o TikTok de "intimidação", argumentando que o aplicativo deseja pagar apenas uma "fração" da taxa padrão por suas músicas, enquanto o TikTok alega que a Universal está apresentando uma "narrativa e retórica falsa". No meio da guerra, artistas e compositores temem perder sua presença no aplicativo, onde a música é uma parte crucial do apelo. O TikTok se tornou um trampolim para novos talentos, proporcionando momentos virais, tendências e desafios de dança.

A incerteza paira sobre a continuidade de parcerias entre grandes gravadoras e plataformas de compartilhamento de vídeos. A Universal Music Group afirma que apenas 1% de sua receita total provém do TikTok, apesar da plataforma contar com mais de um bilhão de usuários. O TikTok, conhecido por sua comunidade criativa, enfrenta o desafio de manter seu apelo musical enquanto tenta chegar a um acordo com os titãs da indústria fonográfica. E quem perde mais, com certeza, é o público.

* Com informações da BBC e Exame

Publicidade

Acompanhe o Adnews no Instagram e LinkedIn .

Continuação: TikTok ameaça remover até 80% das "músicas populares" por disputa com Universal Music

#Whe reTransformationHappens

The post TikTok ameaça remover até 80% das "músicas populares" por disputa com Universal Music appeared first on ADNEWS .

Projeto institui regras para patentes geradas pela biotecnologia transgênica - Notícias

NOTÍCIAS



Agropecuária

Projeto institui regras para patentes geradas pela **biotecnologia** transgênica

Objetivo é pacificar a interpretação jurídica sobre o assunto

0

Comentários

28/02/2024 - 15:12

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Para Kim Kataguiri, legislação atual favorece desequilíbrio na relação entre produtor e empresa

O Projeto de Lei 3697/23 institui normas para as patentes geradas pela **biotecnologia** transgênica, como sementes e plantas. O texto, em análise na Câmara dos Deputados, traz regras sobre as obrigações do titular da patente e prazo dessas patentes.

A proposta também define as práticas adotadas pelo titular consideradas abusivas. Entre elas, a cobrança de royalties sem título patentário e a não redução dos royalties após o fim da sua vigência.

Conflito

O deputado Kim Kataguiri (União-SP), autor do projeto, afirma que o objetivo é encerrar o conflito que existe hoje entre a Lei de Proteção de Cultivares e a Lei de **Propriedade** Industrial (LPI). Enquanto a primeira permite ao produtor rural guardar as sementes transgênicas para replantio, sem ter que pagar royalties ao dono da patente, a LPI possibilita a cobrança.

Para o deputado, a falta de um regramento que acabe com as divergências na interpretação dessas leis gera um "desequilíbrio na relação produtor e empresa".

Perda de direito

O projeto estabelece ainda outras medidas. Entre elas, prevê que o direito de propriedade da **patente** biotecnológica de caráter autoreplicável termina quando a invenção deixa de gerar os benefícios para o qual ela foi registrada. Também será extinto quando não foram encontradas as características ou benefícios descritos pelo inventor.

Em relação ao titular da patente, a proposta elenca uma série de obrigações. Por exemplo: se o titular optar por celebrar contrato de licença para exploração, terá que prestar informações ao licenciado, como prazos de vencimentos, pedidos de patente presentes no material biológico licenciado e os valores de royalties.

Próximos passos

Inicialmente, o projeto será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Indústria, Comércio e Serviços; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Há, no entanto, um pedido do deputado Tião Me-deiros (PP-PR) para que o texto também seja ana-

Continuação: Projeto institui regras para patentes geradas pela biotecnologia transgênica - Notícias

lisado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Medeiros presidiu esse colegiado em 2023. O pedido aguarda análise do presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL).

sobre a tramitação de projetos de lei

Reportagem - Janary Júnior Edição - Rodrigo Bittar

Até 80% das músicas do TikTok podem ser removidas; entenda

TUDO SOBRE



Os problemas entre o e **direitos** autorais musicais começaram a atingir diversas gravadoras. Agora, as músicas escritas pelos compositores do Universal Music Publishing Group (UMPG) também serão removidas.

A partir de terça-feira (27), músicas de artistas como Bad Bunny, Harry Styles, Adele e SZA podem não aparecer mais nas buscas e os vídeos que as utilizaram ficam silenciosos. A ação pode afetar até 4 milhões de obras.

O diz que até 30% do que ele chama de "músicas populares" podem ser perdidas, enquanto outras estimativas do setor dizem que até 80% de todas as músicas da plataforma podem ser silenciadas.

Isso acontece porque cada música tem dois **direitos** autorais: um para a gravação da música (das gravadoras) e outro para a letra e a composição de uma música (das editoras musicais).

Os compositores podem escrever músicas para artistas de várias gravadoras, então músicas da Sony ou da Warner, por exemplo, podem estar sujeitas à remoção se um compositor da UMPG as escreveram.

No começo de fevereiro, as músicas do catálogo da gravadora UMG foram retiradas da plataforma depois da falta de acordo entre as empresas. Em carta aberta, a UMG declarou que o TikTok vinha "tentando criar um negócio baseado em música, sem pagar o valor justo pela música".

Em resposta, a plataforma enviou um comunicado à Billboard, dizendo que "O tem firmado acordos que colocam os artistas em primeiro lugar com todas as outras gravadoras e distribuidoras. Claramente, as ações em benefício próprio da Universal não são do melhor interesse dos artistas, compositores e fãs."

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3

Inovação
3, 9

Direitos Autorais
5, 7, 11

Patentes
9

Propriedade Industrial
9